



ANÁLISE DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE UMA PROPOSIÇÃO DE ROTEIRO TURÍSTICO RURAL

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Cidonea Machado Deponti

Danieli Hoffmeister Bermanna

RESUMO:

O desenvolvimento rural tem sido foco de debates teóricos, motor de políticas públicas e interesses sociais, destacando a agricultura familiar como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro e na busca de sua reprodução e sobrevivência, especialmente, nos últimos anos. Neste sentido, o estudo propõe-se analisar um caso empírico de pluriatividade na agricultura familiar a partir de uma proposta de implantação de um roteiro de turismo rural em propriedades familiares, ribeirinhas do Rio Uruguai, na fronteira noroeste-missões do Rio Grande do Sul, como forma de oportunizar o aumento de renda às propriedades e o desenvolvimento rural da região. A metodologia (VERGARA, 2011) constitui-se quanto aos fins em pesquisa descritiva, explicativa e aplicada e quanto aos meios, em bibliográfica, de campo e estudo de caso múltiplo. A coleta de dados foi bibliográfica, entrevista semiestruturada e questionários aplicados à amostra. Dados tratados qualitativa e quantitativamente. Os resultados apontam a viabilidade econômica e financeira do projeto, com taxa interna de retorno-TIR de 31,81%, valor presente líquido-VPL de R\$ 53.673,74 e *payback* descontado –PBD de 3 anos, 4 meses e 21 dias, confirmando a recuperação do investimento inicial antes dos cinco anos projetados. Destaca-se ainda, que além da construção social do território- através da ação social dos diversos atores envolvidos, a promoção da diversificação rural (pluriatividade) nas oito propriedades familiares, também se estaria promovendo o desenvolvimento rural da região.

Palavras-Chave: Desenvolvimento rural; Território: Agricultura familiar; Pluriatividade; Turismo rural

1. INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento tem sido a questão central para muitos teóricos ao longo dos tempos e ainda nos dias de hoje se faz fortemente presente no âmbito das mais variadas disciplinas do saber. Nos últimos 60 anos, dois momentos em especial, destacam relevância à discussão, adentrando não só nas agendas sociais, mas também no campo político, orientando programas governamentais, instigando debates intelectuais e permeando as expectativas e o jogo das disputas sociais.

Inevitavelmente, o “desenvolvimento rural”, como um subtema imediatamente derivado do “desenvolvimento” passou, também, a ser um dos grandes motores das políticas governamentais, dos interesses sociais e dos debates teóricos nesses dois períodos de destaque. O primeiro momento, nascendo nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial e estendendo-se até o final dos anos 1970. O segundo momento ressurgiu com o tema em meados da década de 1990, após longos anos em que o debate foi deixado na penumbra (NAVARRO, 2001).

Foco de inúmeras discussões teóricas, debates e entendimentos diversos sobre o papel, significado, sobrevivência e reprodução futura desta importante categoria social (agricultura familiar), tem levado ao uso de um conjunto de expressões e de significados, defendidos pelos teóricos ao longo dos anos, sob o enfoque das mais diversas perspectivas.

Outra importante discussão relacionada à temática, que deve ser considerada e analisada nos estudos, se refere à compreensão e significação de “território”. Para Flores (2006), o território surge, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social.

Cabe ressaltar que a agricultura familiar hoje, se afirma como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro e na busca de sua reprodução e sobrevivência, tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção; e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas dentro ou fora das propriedades rurais, complementando assim a renda familiar. Fenômeno esse denominado de pluriatividade (MARAFON, 2006).

Dentro de uma perspectiva estratégica de desenvolvimento rural não voltada somente à produção de larga escala, a diversificação da produção e o surgimento de atividades e serviços não agrícolas (pluriatividade) no meio rural vem ocupando cada vez mais destaque no cenário produtivo das regiões. Dentre os serviços que estão sendo motivo de investimentos privados e apoio governamental, o turismo rural representa um forte apelo às propriedades rurais como um todo, inclusive para a agricultura familiar.

Em razão do exposto, o artigo propõe-se à luz das reflexões teóricas analisar um caso empírico de pluriatividade na agricultura familiar a partir uma proposta de implantação de um roteiro de turismo rural em propriedades familiares, ribeirinhas do Rio Uruguai, na fronteira noroeste-missões do Rio Grande do Sul, como forma de oportunizar o aumento de renda às propriedades familiares e o desenvolvimento rural da região.

A partir do objetivo geral proposto e das considerações acima expostas é que o estudo deseja responder as seguintes questões:

- Como ocorre o processo de construção social de pluriatividade na agricultura familiar a partir de uma proposta de roteiro turístico rural em propriedades familiares, ribeirinhas do Rio Uruguai, na fronteira noroeste-missões do Rio Grande do Sul?

- O roteiro de turismo rural pretendido é viável econômica e financeiramente para o grupo de agricultores familiares ribeirinhos?

O artigo segue pela fundamentação teórica após a introdução, na qual apresenta conceitos e concepções sobre desenvolvimento e território; o desenvolvimento rural seus significados e relações (agricultura familiar e turismo rural) e, por fim, conceitos sobre análise de viabilidade econômica e financeira do investimento. Após, apresenta-se a metodologia utilizada para o estudo, os resultados da pesquisa, considerações finais e as referências bibliográficas.

2 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

Em termos resumidos, a temática do desenvolvimento se manifesta através de duas grandes concepções que se destacam no processo de acumulação capitalista, a primeira sob a ótica do *regime de acumulação fordista/fossilista* e, a segunda, por meio do *regime de acumulação flexível*.

Ao longo do século XX, a sociedade mundial acreditava na irreversibilidade do modelo de desenvolvimento propagado pelos países que lideravam o processo de acumulação hegemônico, sendo que, o planejamento era considerado como a “fórmula mágica” para alcançá-lo (ETGES, 2005). O grande período marcado pelo *regime de acumulação fordista-fossilista*, que anunciava um desenvolvimento baseado na esteira da industrialização e da urbanização (indicador de desenvolvimento= renda per capita), de impacto ambiental altamente entrópico, DIT clássica e de um mundo bipolar (dividido em socialismo/capitalismo), também era entendido como modernidade capitalista, com um único direcionamento (desenvolvimento viabilizado pelo planejamento-FBI, Banco Mundial) e, que prevaleceu até meados dos anos de 1980.

Nas últimas décadas do século XX, entretanto, a acumulação fordista entra em crise e surge um novo regime de acumulação, denominado de acumulação flexível, em que se

compreende o desenvolvimento a partir da dispersão/diversidade, impacto ambiental configurado na busca pela sustentabilidade (indicador de desenvolvimento = a qualidade de vida), nova DIT (não é mais a matéria-prima que se move para os grandes grupos/empresas e sim, as próprias empresas se movem para mercados mais promissores – deixando a nacionalidade em segundo plano, surgindo as empresas transacionais), mundo multipolar, também entendido como período pós-moderno/pós-fordista.

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY,1992).

Em meados da década de 1990 o debate sobre desenvolvimento ressurgiu, decorrente de uma série de fatores e/ou motivações associadas, tais como: estancamento da fase expansionista do pós-guerra já em meados da década de 1970; enfraquecimento do papel do Estado na condução de suas políticas - enfoque neoliberalista dos anos 1980; os insatisfatórios resultados das propostas de desenvolvimento rural implantadas em diversos países-, particularmente à redução da pobreza rural; a inquietude social, econômica e política gerada pela disseminação da desesperança em relação ao futuro e do complexo conjunto de novos processos- sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais entre outros- vinculados usualmente à expressão “globalização”, que acabaram criando um período de incertezas, riscos e mudanças rápidas e profundas. O tema “desenvolvimento”, então, começa a experimentar significados de ordem mais qualitativa, tais como a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, liberdades individuais, eliminação da pobreza, inclusão social, fortalecimento de regiões, entre outros (NAVARRO, 2001).

Para elucidar a diferença dos debates sobre o desenvolvimento, nos dois grandes momentos históricos anteriormente destacados, cabe mencionar Daly (1991. p. 14) que expõe: *“Crecer significa aumentar naturalmente el tamaño (...) Desarrollarse significa expandir o realizar las potencialidades (...) a un estado más pleno, mayor o mejor”*. O crescimento está relacionado com o incremento quantitativo da escala física (mais precisamente delineado pelo regime de acumulação fordista-pós guerra ao início dos anos 1980), enquanto o desenvolvimento é a melhora qualitativa ou o desabrochar de potencialidades (-regime de acumulação flexível- a partir da década de 1990).

Outra importante discussão envolvendo a temática sobre desenvolvimento refere-se ao “território”, sua concepção e perspectivas diversas no estudo do desenvolvimento territorial/regional. O termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa espaço de terra apropriado. Têm-se que a ciência natural foi quem inicialmente tratou do conceito de território, seguida da geografia e por diversas outras

disciplinas que passaram a incorporar o debate, entre elas, a sociologia, a antropologia, a economia e a ciência política (FLORES, 2006)

A primeira importante diferenciação conceitual de espaço e território, segundo RAFFESTIN (1993), relaciona o conceito de espaço ao patrimônio natural existente numa região definida, enquanto que no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores, ou seja, o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social (FLORES, 2006).

Para Flores (2006), esse território, entendido como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade- através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e/ou organizações privadas- como de iniciativas do poder público (através de políticas públicas).

Ressalta-se, que atrelado ao desenvolvimento e considerado como um subsistema dele derivado, o “desenvolvimento rural”, passou também a ser um dos grandes motores das políticas governamentais, dos interesses sociais e dos debates teóricos nos dois períodos de destaque (regime de acumulação fordista e regime de acumulação flexível).

3. DESENVOLVIMENTO RURAL: seus significados e suas relações

A Sociologia Rural, no início do século 20, distinguia rural e urbano, mas ao longo dos tempos os elementos definidores foram se modificando- a grande propriedade já não reina absoluta, a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a própria indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre campo e cidade (KAGEYAMA, 2004).

O espaço “rural” é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos. (BAPTISTA, 2001, p. 55).

Apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial, Abramovay (2003), mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados.

Para Veiga (2002), os critérios utilizados para demarcar as divisões territoriais nos países são, em sua maioria, anacrônicos e não resultaram de nenhuma necessidade relacionada com o que hoje se denomina “desenvolvimento territorial”. No caso do Brasil, o problema de classificação do que é rural é mais grave, dado que se baseia numa definição de “cidade” – sede de município – que exagera sobremaneira o grau de urbanização, ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características.

Embora a definição de rural renda discussões teóricas intermináveis, para Kageyama (2004), parece haver certo consenso sobre alguns pontos: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (função produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.- redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

O conceito de desenvolvimento rural altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais.

Desenvolvimento rural sustentável [...], surgiu em meados dos anos oitenta, a partir da crescente difusão da expressão mais geral, “desenvolvimento sustentável” (apoiada em crescente e copiosa literatura). Embora muitos autores e instituições pretendam atribuir a esta expressão um sentido politicamente mais consequente do que a anterior (desenvolvimento rural), incorporando noções, por exemplo, de equidade social ou, ainda mais ambiciosamente, atribuindo alguma suposta relação entre formas de organização social das famílias rurais mais pobres, fruto de “conscientização”, e o desenvolvimento rural sustentável, o foco central, neste caso, é bastante claro e mais limitado. A ideia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências empíricas multiplicaram-se a partir da década de 1970. Neste sentido, o componente “sustentável” da expressão refere-se, exclusivamente, ao plano ambiental, indicando a necessidade das estratégias de desenvolvimento rural (como antes definido) incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas “dimensões ambientais” (NAVARRO, 2001, P. 7).

Segundo Terluin (2003), no campo dos estudos rurais podem ser identificados três enfoques: o do desenvolvimento exógeno, o endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões (é o caso das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural). Já o enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, baseado predominantemente em recursos locais, em que os

atores e as instituições desempenham papel crucial (como é o caso típico dos modelos dos distritos industriais). Por fim, a combinação dos dois (exógeno e endógeno) traz o desenvolvimento rural como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões.

Para Kageyama (2004), das diversas definições existentes, pode-se extrair a ideia de que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade).

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento “multissetorial”. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Assim, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional (KAGEYAMA, 2004, P. 388-389).

A partir do exposto, resta claro que a significação do que é o “rural” tem sido objeto de aceso debate e seus significados vem sendo redimensionados, mas certo é, que a partir de meados dos anos 1990, o “rural” foi deixando para trás sua identificação com o meramente agrícola e experimentando novos e redimensionados significados e funções.

De forma semelhante encontra-se o debate envolvendo a “agricultura familiar” (difícil de definir e situar a discussão em meio à teoria social contemporânea; recente e com interesse cada vez mais frequente pelo tema no Brasil), que sem uma definição rigorosa e consensual sobre o conceito acaba, de certa forma, generalizando a ideia de que o agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura com sua família. Nesse sentido se faz necessário apresentar alguns conceitos e perspectivas acerca da “agricultura familiar” ao longo dos tempos.

3.1. A Pluriatividade na Agricultura Familiar

A valorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção- diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, diminuição da renda agrícola e à busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano (sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas), tem levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente tem sido denominado de unidades familiares de produção pluriativas (MARAFON, 2006).

Dessa forma, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro (diversificação agrícola) e fora da propriedade (diversificação rural), bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural.

A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais atividades agrícolas ou pecuárias em uma propriedade rural, como por exemplo, a propriedade que produz café, milho, leite e cria suínos, é considerada uma propriedade diversificada (SILVA, 2010). Já a diversificação rural refere-se à implantação simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, etc.) ou, pela combinação de atividades urbanas do setor terciário com o *management* das atividades agropecuárias (SANTANA, 2009).

Nesse sentido, a diversificação rural pode, então, ser caracterizada como **pluriatividade** que, de acordo com Graziano (1999), é considerada a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera fundamental a criação de um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades.

Na concepção de Graziano da Silva e Del Grossi (2002), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas tem possibilitado à população do meio rural elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (SCHNEIDER, 1999, p. 174). Talvez, a diversificação rural (pluriatividade) possa ser uma das melhores possibilidades de promover o desenvolvimento e a reprodução da agricultura familiar em um município ou região e, conseqüentemente, promover melhoria na qualidade de vida desses agricultores.

Ainda, para Anjos (2003), a pluriatividade não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista.

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção, encontramos as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem se expandindo, cada vez mais, no território brasileiro (MARAFON, 2006).

3.2 Turismo Rural

Destacando-se como um dos setores socioeconômicos mais significativos do mundo, o turismo, incluindo as viagens de negócios, para estudos, religião, saúde, eventos, além das tradicionais viagens de férias, passa a ter também o campo (turismo rural), como grande potencial.

Do ponto de vista de Zart e Santos (2006), o turismo rural passa a ser visto como necessidade, especialmente das populações concentradas em grandes centros urbanos, que conscientizando-se cada vez mais que o contato com a natureza e com a vida simples, autêntica e peculiar do campo, viabiliza a recuperação de energias indispensáveis para o enfrentamento das dificuldades características da vida moderna.

Logo, o turismo rural é uma das alternativas mais promissoras para a diversificação das atividades no campo perante o risco, à incerteza e à exaustão dos fatores de produção tradicionais. As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas (MARAFON, 2006).

Essa modalidade de turismo tem seu foco no atendimento de grupos menores e, que devem ser feitos de maneira especializada e individualizada. A interpretação ambiental, social e cultural são fatores importantes durante a experiência turística, devendo os turistas serem informados e conscientizados quanto à preservação e sustentabilidade do ambiente.

De acordo com Souza Oliveira, (2002, p.22)

A formatação do turismo rural não significa a artificialização da ruralidade ou tampouco a criação de falsas realidades para 'enganar turista'. Trata-se tão-somente de formatar uma beleza pura e rústica em algo possível de ser consumido por pessoas com pouca ou nenhuma experiência no ambiente rural, mas ávidas por participar da rotina visitada.

O turismo no meio rural, conforme afirmam Campanhola e Graziano da Silva (2000), constitui-se numa forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio, além de beneficiar a população local direta e indiretamente envolvida com as atividades turísticas.

As características do campo são os motivadores do turismo e é imprescindível mantê-las em equilíbrio para que o próprio negócio possa ter continuidade. Essa manutenção é muito ampla, e está relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Os quatro elementos básicos que configuram a sustentabilidade (economia, cultura, sociedade e meio ambiente) têm no desenvolvimento turístico das áreas rurais uma dupla importância; ao mesmo tempo em que gera renda pelo desenvolvimento da atividade turística, há a conservação dos recursos e atrativos naturais e então, da sociedade e da cultura.

Freitas (2001, p. 97) sugere que:

O Turismo Rural e seus desdobramentos em atividades produtivas, e por vezes em pequena escala, ajustam-se perfeitamente a esta proposta. Entre outros aspectos, ressaltamos os benefícios decorrentes da possibilidade de minimização de custos através da coletivização da infraestrutura adequada – tanto física quanto organizacional; gestão de estratégias integradas de marketing e inserção no mercado, incorporação de elementos diferenciadores de produtos e serviços.

Dentro da perspectiva estratégica de desenvolvimento rural não voltada somente à produção de larga escala, a diversificação do setor primário e o surgimento de atividades e serviços não agrícolas, ocupam cada vez mais destaque no cenário produtivo das regiões.

4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para delinear a pesquisa, utilizou-se a taxionomia apresentada por Vergara (2011), que classifica a pesquisa em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

- Quanto aos fins, a pesquisa foi de natureza:

a) Descritiva, porque descreveu num primeiro momento, como os atores sociais envolvidos se articularam em torno da proposta de implantação de roteiro turístico rural, como forma de promover a diversificação rural (pluriatividade) e geração de renda alternativa para os agricultores familiares ribeirinhos do Rio Uruguai. Num segundo momento, descreveu os produtos e serviços disponíveis nas propriedades rurais para a implantação do referido projeto de turismo rural.

b) Explicativa, porque buscou tornar inteligível e justificar os motivos que contribuíram para a elaboração da proposta de implantação do roteiro turístico rural no sentido de promover a pluriatividade nas propriedades agrícolas familiares.

c) Aplicada, pois a pesquisa foi motivada pela necessidade de resolver problemas concretos e teve como finalidade prática e aplicada a análise do processo de pluriatividade na agricultura familiar a partir de uma proposta de roteiro turístico rural em propriedades familiares, ribeirinhas do Rio Uruguai, na fronteira noroeste-missões do Rio Grande do Sul.

- Quanto aos meios, a pesquisa foi:

a) Bibliográfica: por meio de fundamentação teórica desenvolvida com auxílio de material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas e demais materiais acessíveis;

b) Pesquisa de Campo: por meio de entrevista semiestruturada com um dos atores envolvidos no processo (principal idealizador da proposta de roteiro turístico rural);

Para a realização da pesquisa de mercado na região de inserção do referido projeto, foram aplicados questionários à amostra calculada segundo o método de Barbetta (2006).

c) Estudo de caso múltiplo: pois foi circunscrito a 8 propriedades de agricultores familiares, tendo caráter de profundidade e detalhamento na proposição em estudo.

4.1 Tratamento dos Dados Coletados

Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa e quantitativa:

a) Qualitativamente, os dados obtidos através da entrevista semiestruturada, se deu por meio da análise de conteúdo;

b) Quantitativamente, os dados obtidos através da aplicação do questionário à amostra populacional foram tabulados e analisados; as informações relativas às receitas, custos e despesas foram analisadas e sistematizadas por meio da elaboração do fluxo de caixa com a utilização do software *MakeMoney* e, por fim, foram calculados os índices tradicionais de análise de investimentos para conferir a viabilidade econômica e financeira.

4.2 Definição da População e Amostra para a Pesquisa de Mercado

A população foi composta pelos prováveis turistas do roteiro de turismo rural. Para tanto, considerou-se o somatório dos habitantes dos municípios que ficam a um raio de 70 km do local previsto para o roteiro turístico. Ela abrangeu as populações dos municípios (IBGE Estimativa 2014) de São Nicolau (5.762 habitantes); Dezesseis de Novembro (2.823 habitantes); Santo Antônio das Missões (11.241 habitantes); Garruchos (3.239 habitantes); Pirapó (2.707 habitantes); Roque Gonzales (7.313 habitantes); São Luiz Gonzaga (35.266 habitantes) e São Pedro do Butiá (2.979 habitantes); que totalizou 71.330 pessoas.

A amostra foi extraída da população, por meio do que preconiza Barbetta (2006), considerando um erro amostral de 10%.

$$n_0 = \frac{1}{E^2} = \frac{1}{0,10^2} = 100; \text{ e } n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} = \frac{71.330 \times 100}{71.330 + 100} = 99,86$$

Portanto, a amostra foi de 100 pessoas.

5. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL (TERRITÓRIO) A PARTIR DA IDEALIZAÇÃO DE UM PROJETO DE TURISMO RURAL COMO FORMA DE PROMOVER A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

O sistema familiar de produção está inserido em um contexto socioeconômico que ganha importância, principalmente quando se questiona a sustentabilidade do ponto de vista do homem do campo, do êxodo rural, da ocupação geográfica, da geração de emprego e renda rural. Porém, o que se percebe, nas discussões sociais, debates teóricos e no campo político, que diversos são os entendimentos e controvérsias acerca desta importante categoria social - agricultura familiar- em especial no que se refere a sua manutenção e reprodução ao longo das gerações, visto que por muitos ela está fadada ao desaparecimento, já que tem sido cada vez mais complexo manter a propriedade rural de caráter familiar.

Diante desse cenário e das inquietações de uma família de agricultores, em especial, de uma das filhas do casal que buscou qualificação profissional junto a uma Instituição de Ensino Superior da região, como forma de poder contribuir para melhoria da propriedade da sua família e permanecer no meio rural, que surge a ideia de promover a diversificação rural na propriedade de sua família e vizinhos, através de um roteiro de turismo rural.

Considerado os aspectos naturais favoráveis da propriedade de seus pais e arredores, além da característica histórica de formação do município e do conhecimento da existência do projeto “Rota Missões”, a jovem elabora uma proposta de viabilidade de implantação de um roteiro turístico rural, orientado pela IES em que estuda.

A partir desse momento, a filha de agricultor familiar foi articulando junto ao sindicato de trabalhadores rurais, associação de pescadores e secretaria de turismo do município, dados sobre as propriedades rurais existentes e promovendo encontros para exposição do projeto, debates, troca de informações, sugestões e críticas entre esses órgãos e as propriedades vizinhas.

A principal justificativa do projeto era oportunizar a permanência dos filhos e membros das famílias no meio rural por meio da busca de alternativas de diversificação rural e da

geração de renda que viabilizasse esta permanência, bem como, pelo fato de que o trabalho alternativo com o turismo era favorecido pelos recursos naturais apresentados na região.

Em pouco tempo, seis propriedades familiares já estavam interessadas em fazer parte do projeto para implantar o roteiro turístico, sendo que duas delas pertencentes ao município vizinho, ensejando assim, novas parcerias e encontros com agricultores familiares, envolvendo secretaria de turismo e associação de agricultores.

Não demorou muito e mais duas propriedades familiares aderiam ao projeto. Registra-se que a maioria dessas propriedades familiares tinha como principal atividade a agricultura, embora alguns já promovessem a diversificação agrícola, pois além da agricultura, criavam gado, suínos ou aves, e duas das propriedades ainda desenvolviam como atividade secundária, a pesca.

Relembrando que a diversificação rural, segundo Graziano (1992) diverge de diversificação agrícola, sendo que esta última refere-se à implantação de duas ou mais atividades agrícolas ou pecuárias em uma propriedade rural e que traria poucas melhorias na renda das famílias. Já a diversificação rural refere-se à implantação simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, caracterizada de pluriatividade e, que demanda um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades.

Dessa forma, ao promoverem a diversificação rural nas oito propriedades dispostas a integrar o roteiro de turismo rural, também estariam promovendo o desenvolvimento rural da região, ao que corrobora Kageyama (2004), ao expor que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade).

Cabe destacar que a ação dos atores sociais envolvidos com o projeto (agricultores familiares; sindicato dos trabalhadores rurais, associação de pescadores ribeirinhos, secretarias de turismo e prefeituras dos dois municípios ribeirinhos, representantes técnicos da Emater e a estudante idealizadora do projeto), contribuíram para a construção social de um território, visto que RAFFESTIN (1993), relaciona o conceito de espaço ao patrimônio natural existente numa região definida, enquanto que no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço (tanto físico como simbólico) pela ação social de diferentes atores e, por isso, denominado processo de construção social (FLORES, 2006).

A ação social dos diferentes atores envolvidos, além resultar na construção social de um novo território, também é vista pela perspectiva centrada no ator, defendida por Long e Ploeg (1994), os quais reconhecem que os atores sociais não apenas respondem a

pressões e impulsos sociais determinados externamente, mas são participantes e sujeitos de um processo de construção e mudança social. Os atores sociais devem ser apreendidos como “ participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas” (LONG E PLOEG, 1994, P.5).

Nesse sentido, buscando dinamizar o território que considere o espaço rural para além da produção econômica setorial e imposta verticalmente (globalização), a organização social amplia sua relevância como ferramenta eficaz, não apenas de representação política fortalecendo determinadas classes e interesses, mas principalmente como estrutura adequada para minimização de obstáculos para obtenção de renda e promoção do desenvolvimento da região.

5.1 Descrição dos Produtos e Serviços a Serem Oferecidos

As 8 propriedades rurais localizam-se em dois municípios ribeirinhos da fronteira noroeste-missões do Rio Grande do Sul, compreendendo a Região do Corede Missões. Estas propriedades dispõem de aproximadamente 50 hectares, distribuídas em área de mata nativa na costa do rio e área gramada para ser utilizada pelos visitantes. São pequenas propriedades rurais, onde se desenvolvem atividades de pesca, pecuária e agricultura para subsistência. Todas possuem enorme potencial para receber turistas em atividades de camping, passeios a cavalo, trilhas na mata, passeios de barco no rio, alimentação típica e hospedagem.

Os potenciais produtos e serviços disponíveis nas propriedades em estudo, são:

Tabela nº 01: Produtos e serviços		
PRODUTO	DESCRIÇÃO	Preço Venda
Hospedagem	Acomodações em quartos com cama de casal ou com duas camas de solteiro, café da manhã incluso, banheiro coletivo.	R\$ 80,00 a diária
Camping	Área de camping gramada, banheiro coletivo.	R\$ 25,00 a diária
Café da Manhã	Para os turistas não incluídos no pacote de hospedagem (ex: serviço de camping ou turismo diurno, sem pouso)	R\$ 7,00 por pessoa
Almoço	Comida típica da região	R\$ 18,00 por pessoa
Jantar	Comida típica da região	R\$ 15,00 por pessoa
Passeio Náutico	Barco com capacidade para quatro pessoas com duração em torno de 30 minutos com roteiro definido	R\$ 25,00 por pessoa
Passeio a cavalo	Passeio acompanhado por guia com duração de 15 minutos.	R\$ 8,00 por pessoa

Fonte: Dados da pesquisa

Demais atividades como banho no rio, passeio em trilhas na mata e para explorar os atrativos da propriedade, não serão cobrados.

5.2 Análise dos Questionários e Identificação do Perfil dos Potenciais Turistas

Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015

Para uma melhor compreensão do perfil dos consumidores, foi aplicado um questionário composto por questões de múltipla escolha, na amostra de 100 pessoas, possibilitando a coleta de informações importantes sobre os hábitos e preferências dos potenciais turistas, a fim de se construir um cenário e projetar as vendas futuras.

As principais informações obtidas são apresentadas a seguir: 76% são homens; 28% dos respondentes estão na faixa etária de 18 a 25 anos, 44% de 26 a 39 anos e 28% de 40 a 59 anos; 40% dos respondentes possui ensino médio e 18% possui mais do que ensino médio; 34% são agricultores, 9% estudantes e o restante distribuídos em profissionais liberais, empresários e funcionários da iniciativa privada.

A renda dos questionados está distribuída com 70% para renda até 5 salários mínimos e os demais com renda até 10 salários mínimos; 67% tem até 3 pessoas na família; 52% viajam pelo menos uma vez por ano sendo que 49% viajam nas férias; 48% ficam até 5 dias fora e os demais até 10 dias; 61% viajam com a família; 52% vão de carro próprio; e 58% decidem viajar para locais que tenham atrativos naturais para visitar.

5.3 Análise de Viabilidade Econômica e Financeira do Investimento

Para a elaboração do fluxo de caixa do plano de negócios se fez necessário o levantamento dos investimentos iniciais, das receitas, dos custos e despesas considerando que o roteiro turístico funcionará durante 5 meses ao ano: janeiro, fevereiro, março, novembro e dezembro. Também foi considerado um percentual de ociosidade e crescimento progressivo em cada um dos 5 anos projetados- horizonte do projeto, pois é período suficiente para recuperação do investimento inicial (LAPPONI, 2000).

O fluxo de caixa apresentado a seguir (Tabela 2) é referente a uma das oito propriedades rurais e deve-se considerar que tanto o investimento quanto os resultados deverão ser replicados para cada uma das demais propriedades participantes no projeto.

Tabela nº 02: Projeção do Fluxo de Caixa							
Descrição	Até 31-12-14	TOT. ANO 1	TOT. ANO 2	TOT. ANO 3	TOT. ANO 4	TOT. ANO 5	TOTAL
TOTAL ENTRADAS	0	84.035,00	91.226,00	94.776,00	105.697,00	133.280,42	509.014,42
Receita de Vendas / Serviços		84.035,00	91.226,00	94.776,00	105.697,00	97.055,00	472.789,00
Valor Residual						36.225,42	36.225,42
TOTAL SAÍDAS	-87.665,32	-50.220,09	-59.944,38	-62.667,57	-66.900,54	-65.078,39	-353.476,28
DESPESAS com PRODUÇÃO		-25.034,90	-29.791,80	-33.666,37	-38.670,80	-35.818,71	-143.982,58
Compras/Insumos		-25.034,90	-29.791,80	-33.666,37	-38.670,80	-35.818,71	-143.982,58
DESPESAS com PESSOAL		-9.320,46	-9.902,89	-11.026,09	-11.192,91	-11.906,42	-47.848,77
Pessoal Produção		-7.465,00	-7.917,55	-8.401,78	-8.919,90	-9.474,30	-37.178,53
Encargos Sociais		-1.855,46	-1.985,34	-2.624,31	-2.273,01	-2.432,12	-10.670,24
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		-12.083,15	-16.144,52	-13.710,19	-12.280,46	-11.355,64	-51.073,96
Marketing e Publicidade		-4.066,40	-4.066,40	-4.566,40	-4.066,40	-3.066,40	-10.332,00
Manutenção & Conservação		-3.600,00	-3.600,00	-3.600,00	-3.600,00	-3.600,00	-18.000,00
Água, Luz e Telefone		-2.100,00	-3.100,00	-2.600,00	-2.100,00	-2.100,00	-10.500,00
Outras Despesas		-2.316,75	-5.378,12	-2.943,79	-2.514,06	-2.589,24	-12.241,96
INVESTIMENTOS	-87.665,32						-87.665,32
Instalações	-51.166,50						-51.166,50
Máquinas, móveis e Utens.	-18.294,35						-18.294,35
Veículos	-14.415,82						-14.415,82
Outros	-3.788,65						-3.788,65
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		-3.781,58	-4.105,17	-4.264,92	-4.756,37	-5.997,62	-22.905,65
Impostos a Pagar		-3.781,58	-4.105,17	-4.264,92	-4.756,37	-5.997,62	-22.905,65
FLUXO DO PERÍODO	-87.665,32	33.814,92	31.281,62	32.108,43	38.796,47	68.202,03	116.538,14
Saldo Acumulado de Caixa	-87.665,32	-53.850,41	-22.568,79	9.539,64	48.336,11	116.538,14	
Valor Presente	-87.665,32	30.191,89	24.937,52	22.854,14	24.655,85	38.699,66	
Valor Presente Líquido	-87.665,32	-57.473,43	-32.535,91	-9.681,77	14.974,08	53.673,74	
Fonte: Dados Pesquisa							

Para analisar o investimento com base métodos tradicionais (LAPPONI, 2000) foi calculado o VPL que ficou em R\$ 53.673,74, considerando um custo de oportunidade de 12% ao ano, o que significa dizer que para este custo de oportunidade o investimento é viável e renderá aos proprietários mais do que 12% ao ano, já que o VPL é maior do que zero, o que vem a ser corroborado pela TIR, que ficou em 31,81%, confirmando a viabilidade do projeto de implantação de roteiro turístico rural.

Também se calculou o *payback* descontado (PBD) que informa quanto tempo vai demorar a recuperação do investimento inicial, sendo que este tempo ficou em 3 anos, 4 meses e 21 dias, portanto, a recuperação acontece antes dos 5 anos projetados, tempo

considerado limítrofe para a recuperação do capital nessa proposta (CASAROTTO FILHO, 2011).

Com relação a análise de cenários pessimista e otimista (LAPPONI, 2000), obteve-se um VPL de R\$ 5.332,65 para o cenário pessimista ou de recessão e R\$ 102.014,85 para o cenário otimista ou de prosperidade. Mantendo-se assim, a proposta com probabilidade de acontecer um VPL positivo num intervalo variando de 5.332,65 até 102.014,85 confirmando a viabilidade de investimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos tempos até hoje, “ desenvolvimento “ tem sido a questão central para muitos teóricos das mais variadas disciplinas do saber. Igualmente, a discussão em torno do desenvolvimento rural, agricultura familiar e suas relações com o território e região tem se apresentado como um dos grandes motores das políticas governamentais, dos interesses sociais e dos debates teóricos.

Hoje, a agricultura familiar se firma como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro e na busca de sua reprodução e sobrevivência, tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção; e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora das propriedades rurais, complementando assim a renda familiar. Fenômeno esse denominado de pluriatividade (MARAFON, 2006).

O espaço rural se transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais e a manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural vendido ao turista.

Com a realização deste estudo foi possível conhecer um pouco mais da realidade das propriedades de agricultores familiares da região depositária da proposta de implantação do roteiro turístico rural, como forma de promover a pluriatividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural daquela região.

Neste sentido, o estudo propôs-se à luz das reflexões teóricas analisar um caso empírico de pluriatividade na agricultura familiar a partir uma proposta de implantação de um roteiro de turismo rural em propriedades familiares, ribeirinhas do Rio Uruguai, na fronteira noroeste-missões do Rio Grande do Sul, como forma de oportunizar o aumento de renda às propriedades familiares e o desenvolvimento rural da região de sua inserção.

A partir das inquietações e preocupações de uma família de agricultores, em especial, de uma das filhas do casal, surgiu a ideia de promover a pluriatividade na propriedade agrícola de sua família e vizinhos, através de um roteiro de turismo rural. Levantando dados

a cerca das propriedades rurais existentes (com ênfase às propriedades de agricultores familiares), articulando encontros com os demais atores sociais envolvidos, afetados ou beneficiados com a proposta(sindicato de trabalhadores rurais, associação de pescadores, secretaria de turismo do município, propriedades rurais vizinhas), para exposição do projeto, debates, troca de informações, sugestões e críticas, a filha de agricultores, orientado pela IES foi dando forma ao projeto de implantação do roteiro turístico rural.

Em pouco tempo, oito propriedades familiares, manifestaram-se interessadas com a proposta e dessa forma, ao promoverem a diversificação rural nestas propriedades familiares também estariam promovendo o desenvolvimento rural da região.

Cabe destacar que a análise econômica e financeira revela-se uma ferramenta imprescindível para qualquer empreendimento no qual se queira garantir o sucesso de sua implantação e, de acordo com os resultados dessa análise, pode-se afirmar que o estudo da implantação do roteiro turístico rural é viável econômica e financeiramente, sendo que foram aplicados os métodos de avaliação de investimentos tradicionais.

Os resultados indicaram um valor presente líquido-VPL de R\$ 53. 673,74, corroborado por uma taxa interna de retorno- TIR de 31,81%, e um *payback* descontado-PBD indicando retorno do investimento no período de 3 anos, 4 meses e 21 dias, portanto, a recuperação acontece antes dos 5 anos projetados, tempo considerado limítrofe para a recuperação do capital inicial investido na proposta.

Por fim, destaca-se que o estudo não considerou a possibilidade de coletivização da infraestrutura, optando-se por sua replicação nas propriedades para facilitar a elaboração do fluxo de caixa do plano de negócio, tampouco foram analisados os impactos ambientais que podem ser gerados, porém, que podem ser foco de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Unicamp e Hucitec, 1998 (cap. 1, 2, 3, 4 e 8);

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.

ANJOS, F. S. dos. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 6 Ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

BASSO, D. Produção Familiar e Desenvolvimento Agrário: algumas reflexões. Ijuí: Unijuí, 1993. 44p.

BAPTISTA, F. O. Agriculturas e territórios. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: Joaquim Almeida; Mário Riedl. (Org.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: Ed. Sagrado Coração, 2000.

CARVALHO, Juracy Vieira de. Análise econômica de Investimentos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de Projetos Empresariais. São Paulo: Atlas, 2011.

COREDE MISSÕES. Relatório Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS-Planejamento Estratégico, 2006. Acesso em 11/02/2015. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/>

ETGES, Virginia E. Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade - RIMISP – 2006.

FREITAS, Márcio Lopes de. Turismo Rural: pertinência e aplicabilidade da experiência cooperativa na promoção do desenvolvimento rural. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 4, 2003, Piracicaba. Anais. Piracicaba: FEALQ. 2001. 95-104.

GITMAN, Lawrence Jeffrey e MADURA, Jeff. Administração Financeira: Uma Abordagem Gerencial. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J.; Del Grossi. A pluriatividade da agricultura brasileira, 2002. Disponível em: www.eco.unicamp.br/nea/urbano/textos/cong्रेसem/sober1.html.

HARVEY, David. A condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HOJI, Masakazu. Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LAPPONI, Juan Carlos. Avaliação de projetos de investimentos. São Paulo: Ed. Laponi, 2000.

MARAFON, Glaucio José. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MARTINS, Carlos. Plano de Negócios. Disponível em: <http://www.carlosmartins.com.br/bizplan/bizplan21.htm> Acesso em 19 mar.2011.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração de Projetos. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, Marilda e MALAGODI, Edgar. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. Campina Grande: Projeto IPODE/CNPq, 2009. 24 p.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

PERONDI, Miguel Angelo e SCHNEIDER, Sergio. Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. REDES - Rev. Des. Regional. Santa Cruz do Sul, V. 17, N. 2, p. 117 - 135, Maio/Ago 2012).

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

ROSS, Stephen A. Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTANA, Luiz. Carlos; JUNTA, Viviane Silva da. Concepções de educação ambiental e suas abordagens políticas: análise dos trabalhos dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (I, II, III EPEAS). Anais do V EPEA: Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, São Carlos, 30 out./02 nov. 2009.

SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração financeira da pequena e média empresa. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE. Cadeia produtiva do turismo. Cenários econômicos e estudos setoriais. Recife: SEBRAE, 2008.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 470 p. (Cap. 1 e 2);

SCHNEIDER, S. A Pluriatividade na agricultura familiar. POA, UFRGS, 2003 (Cap 2 e 3);

SCHNEIDER, S. e ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para sociologia do desenvolvimento rural. Sociologias. Ano 13, n.27, maio/ago 2011. Porto Alegre. PPGS/UFRGS. 424 p. 180-219.

SILVA, Thaís Xavier da. A Importância da Diversificação Rural na Agricultura Familiar. Rede Integrada de Equipamentos Públicos de Segurança- REDESAN, 2010. Disponível em: http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=11191.

SCOTT, J.C. Dominations and arts of resistance. New Haven. Yale Univeristy, 1990.

SOUZA OLIVEIRA, Cássio Garkalns. Viabilidade e sustentabilidade do Turismo Rural. Brasília: SESCOOP, 2002.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. Journal of Rural Studies, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP, Autores Associados, 2002.

VERGARA Silvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração, análise. 2.Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. Educação e sócio economia solidária. Cáceres- MT: Editora Unemat, 2006.